

Ameaça de hiperinflação é o maior problema

SÃO PAULO — Embora invariavelmente discordem em relação aos remédios necessários para a solução dos problemas da economia brasileira, os economistas concordam que a pior herança econômica que o próximo Presidente receberá encontrará-se no mercado financeiro:

— Em épocas tranqüilas, os interesses individuais e coletivos convivem em relativa harmonia, mas em épocas de crise há o choque entre esses interesses, e a solução para a crise dependerá de qual interesse prevalecer — diz Luís Gonzaga Beluzzo, Secretário da Ciência e Tecnologia do Governo de São Paulo, que foi assessor econômico do Ministro Dilson Funaro.

Para Beluzzo, o novo Presidente encontrará um Estado com formas de financiamento debilitadas e carga

tributária bruta, da ordem de 21% do PIB, insuficiente, que precisa crescer pelo menos dez pontos percentuais.

— Isso é fácil de dizer e difícil de fazer, primeiro porque a evasão fiscal no País é enorme; segundo porque não existe uma tributação progressiva em relação à renda e terceiro, e menos importante, a existência de subsídios, que tiveram uma existência generalizada no País e precisam ser revistos.

Para o ex-Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, o novo Presidente encontrará uma economia arrasada, com grande risco de assumir em pleno processo hiperinflacionário. Bresser condena qualquer medida que visse a reduzir a dívida interna através de taxação ou alongamento compulsório dos prazos de pagamentos:

— A dívida interna são recursos, faz parte da economia e não se pode brincar com isso. Não se pode brincar com a dívida interna porque as consequências serão desastrosas. A crise econômica é crise fiscal. Com uma negociação correta da dívida externa e medidas fiscais adequadas, a crise será rapidamente superada.

Para o Presidente do Banco Central no Governo Figueiredo, Affonso Celso Pastore, um Presidente que adote as medidas necessárias para a estabilização da economia vai conquistar muitas inimizades:

— Quem promover um aumento de tarifas dos serviços públicos, demitir funcionários públicos ociosos, acabar com os subsídios e aumentar impostos, todas medidas que julgo fundamentais, vai precisar de muito pulso — prevê Pastore.